

**ROBSON MAIA LINS**

Doutor e Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP; Professor na Graduação e no Mestrado de Direito Tributário da PUC/SP; Vice-Presidente do IBET; Diretor de Relações Internacionais do IDEPE; Membro do Conselho Superior de Direito da FECOMERCIO; Membro do Conselho Institucional da Academia Tributária das Américas – ATA.

# **CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO**

**2ª edição revista e atualizada**

**2022**

editora e livraria

**NOESES**

1230594

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

**L733c**

**2. ed.**

**Lins, Robson Maia**

**Curso de direito tributário brasileiro / Robson Maia lins. - 2. ed., rev. e atual. -  
São Paulo : Noeses, 2022.**

**738 p. ; 23 cm.**

**Inclui bibliografia**

**ISBN 978-65-89888-69-7**

**1. Direito tributário - Brasil. I. Título.**

**22-80693**

**CDU - 34:351.713(81)**

---

**Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439**

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>VII</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>IX</b>
<b>ALGO SOBRE O LIVRO .....</b>	<b>XI</b>
<b>SOBRE A SEGUNDA EDIÇÃO .....</b>	<b>XIII</b>
<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>XV</b>

### Parte I

#### AS CATEGORIAS DE TEORIA GERAL DO DIREITO NECESSÁRIAS AO ESTUDO DO DIREITO TRIBUTÁRIO

<b>1. A METODOLOGIA A SER UTILIZADA NO ESTUDO DO DIREITO E DO DIREITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>3</b>
1.1 Método no estudo do Direito Tributário. É neces- sário? .....	4
1.2 Referencial teórico adotado: Constructivismo Lógi- co-Semântico no estudo do direito tributário .....	7
1.2.1 A filosofia da linguagem e seus paradigmas	10
	<b>XIX</b>

## CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

1.2.2	O giro linguístico .....	11
1.2.3	O Constructivismo Lógico-Semântico.....	13
1.2.3.1	Por que “Constructivismo”? .....	15
1.2.3.2	Por que “Lógico”? .....	16
1.2.3.3	Por que “Semântico”?.....	19
<b>2.</b>	<b>DIREITO POSITIVO E CIÊNCIA DO DIREITO .</b>	<b>21</b>
2.1	Direito positivo e o percurso gerativo de sentido.	21
2.2	Ciência do Direito .....	28
<b>3.</b>	<b>ORDENAMENTO E SISTEMA JURÍDICO TRIBU- TÁRIO .....</b>	<b>31</b>
3.1	O sistema jurídico enquanto conjunto de normas jurídicas.....	35
3.2	Das relações de coordenação e subordinação entre normas jurídicas .....	37
3.3	Completude e consistência do sistema jurídico .	39
3.3.1	Aspectos da completude do sistema jurídico	39
3.3.2	Consistência do sistema jurídico .....	42
<b>4.</b>	<b>FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>45</b>
4.1	O direito positivo como conjunto de normas: as introdutoras e as introduzidas .....	50
4.2	Distinção: veículo primário e secundário.....	54
4.2.1	Veículos primários.....	55
4.2.1.1	<i>A Constituição da República Federa- tiva do Brasil.....</i>	55

4.2.1.2	<i>As leis complementares</i> .....	56
4.2.1.2.1	<i>O Código Tributário Nacional</i> .....	58
4.2.1.2.1.1	<i>Outras leis complementares tributárias que não o CTN</i> .....	58
4.2.1.3	<i>Leis ordinárias</i> .....	59
4.2.1.4	<i>Lei delegada</i> .....	63
4.2.1.5	<i>Medida provisória</i> .....	63
4.2.1.6	<i>Decreto legislativo</i> .....	64
4.2.1.7	<i>Tratados internacionais em matéria tributária e o art. 98 do CTN</i> .....	65
4.2.1.8	<i>Resoluções</i> .....	92
4.2.2	<i>Veículos secundários</i> .....	92
4.2.2.1	<i>Decretos regulamentares</i> .....	93
4.2.2.2	<i>Instruções ministeriais</i> .....	95
4.2.2.3	<i>Portarias</i> .....	95
4.2.2.4	<i>Circulares</i> .....	96
4.2.2.5	<i>Ordens de serviço</i> .....	96
4.2.2.6	<i>Os atos normativos das Fazendas Públicas</i> .....	96
4.2.2.7	<i>As decisões administrativas e judiciais em matéria tributária: estabilização das normas individuais e concretas</i> .....	96
4.2.2.7.1	<i>Conceitos e associações utilizados pelo STF que permitem identificar o paradigma filosófico utilizado na construção do conceito de norma jurídica</i> .....	97
4.2.2.7.2	<i>Norma jurídica stricto sensu e lato sensu, lei, texto de lei, enunciado prescritivo e outros conceitos conexos</i> .....	99

4.2.2.7.3 <i>O conceito de normas paralelas na declaração de inconstitucionalidade</i> .....	101
4.2.2.7.3.1 <i>As “técnicas” de declaração de inconstitucionalidade: interpretação conforme a Constituição e declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto</i> .....	102
4.2.2.7.3.2 <i>Efeito vinculante e coisa julgada no controle abstrato de constitucionalidade: a relevância da causa de pedir (efeitos transcendentales)</i> .....	106
4.2.2.7.3.3 <i>A inconstitucionalidade por “arrastamento”</i> .....	107
4.2.2.7.3.4 <i>Ofensa direta e indireta à Constituição e a autonomia normativa</i> .....	108
4.2.2.7.4 <i>Síntese sobre a produção normativa do STF</i> .....	110
4.2.2.8 <i>Atos praticados pelos particulares no processo de positivação das normas tributárias</i> .....	111
<b>5. NORMA JURÍDICA E INCIDÊNCIA</b> .....	<b>115</b>
5.1 <i>Causalidade jurídica: o mundo do ser e do dever-ser</i>	115
5.2 <i>Hermenêutica</i> .....	117
5.3 <i>Teoria da norma jurídica: validade, vigência e eficácia</i> .....	121
5.3.1 <i>Validade</i> .....	121
5.3.2 <i>Vigência</i> .....	125
5.3.3 <i>Eficácia</i> .....	125
5.3.4 <i>Revogação das normas e efeitos sobre a validade, a vigência e a eficácia</i> .....	127

5.3.4.1	<i>Revogação e incompatibilidade entre normas .....</i>	131
5.3.5	Validade, vigência e eficácia, declaração de inconstitucionalidade e modulação temporal de efeitos.....	134
5.3.5.1	<i>O produto do processo de controle abstrato de constitucionalidade: declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade.....</i>	136
5.3.5.2	<i>Declaração de inconstitucionalidade e modulação dos efeitos da decisão do STF</i>	137
5.4	O nível sintático; o nível semântico; o nível pragmático – Utilização da Semiótica .....	141
5.5	Fenomenologia da incidência .....	143
5.5.1	Teorias sobre a incidência.....	143
5.5.1.1	<i>Distinção entre os dois modelos de incidência .....</i>	148
5.6	Derivação e positivação.....	150
5.7	A classificação da norma jurídica tributária.....	150
5.7.1	Norma jurídica abstrata e geral; concreta e geral; abstrata e individual; e concreta e individual.....	153

## Parte II

### DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

<b>1.</b>	<b>RETOMANDO A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA NO DIREITO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>159</b>
1.1	Sistema constitucional tributário e as três funções do poder.....	163

1.1.1	Função do Poder Legislativo – Ato de enunciação.....	164
1.1.2	Função do Poder Executivo – Aplicação do ato enunciado .....	165
1.1.3	Poder Judiciário – Aplicação do Enunciado	165
<b>2.</b>	<b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS</b>	<b>167</b>
2.1	Considerações iniciais e acepções do termo princípio	167
2.2	Considerações sobre o uso dos termos <i>princípios</i> e <i>regras</i> .....	169
2.3	Das delimitações ao poder de tributar .....	174
2.4	Classificação dos princípios.....	175
2.5	Princípios imutáveis – Cláusulas pétreas .....	176
2.6	Princípios gerais .....	177
2.6.1	Princípio republicano .....	179
2.6.2	Legalidade .....	180
2.6.3	Segurança jurídica.....	182
	2.6.3.1 <i>Segurança jurídica e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB</i> .....	184
2.6.4	Igualdade .....	188
2.6.5	Moralidade .....	188
2.6.6	Justiça .....	190
2.6.7	Direito à propriedade.....	191
2.6.8	Supremacia do interesse público .....	191
2.7	Princípios específicos .....	193
2.7.1	Estrita legalidade.....	193
	2.7.1.1 <i>Tipicidade tributária</i> .....	198



2.7.2	Anterioridade.....	199
	2.7.2.1 <i>Anterioridade nonagesimal</i> .....	201
2.7.3	Irretroatividade .....	202
2.7.4	Capacidade contributiva.....	206
2.7.5	Não Confisco .....	211
2.7.6	Não cumulatividade .....	214
	2.7.6.1 <i>Não cumulatividade na Contribuição ao PIS e na Cofins</i> .....	217
	2.7.6.1.1 <i>Emenda Constitucional 42/2003, Lei 10.637/2002 e Lei 10.833/2003</i> .....	218
	2.7.6.1.2 <i>Conceito constitucional de não cumulatividade e seus reflexos nos regimes da Contribuição ao PIS e da COFINS</i> .....	221
	2.7.6.1.2.1 <i>Monofasia, plurifasia, cumulatividade e não cumulatividade</i> .....	222
	2.7.6.1.3 <i>Sobre a definição de “insumo” nos regimes não cumulativos da Contribuição ao PIS e à COFINS</i> .....	223
	2.7.6.1.4 <i>A base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS e o requisito da definitividade do ingresso financeiro para caracterização da receita</i> .....	225
	2.7.6.1.5 <i>Síntese</i> .....	226
2.7.7	Uniformidade da tributação.....	228
2.8	Princípios constitucionais coligados com a ordem econômica e tributação .....	230
	2.8.1 Soberania nacional .....	231
	2.8.2 Propriedade privada .....	232
	2.8.2.1 <i>Função social da propriedade</i> .....	233

## CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

2.8.3	Livre-concorrência.....	235
2.8.4	Defesa do consumidor.....	236
2.8.5	Defesa do meio ambiente.....	239
2.8.6	Redução das desigualdades regionais e sociais.....	242
2.8.7	Busca do pleno emprego.....	244
2.8.8	Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	245
2.8.9	O livre exercício de qualquer atividade econômica.....	247
<b>3.</b>	<b>LEI COMPLEMENTAR .....</b>	<b>249</b>
3.1	Matérias reservadas à Lei Complementar .....	251
3.1.1	Correntes dicotômica e tricotômica.....	251
3.1.2	Matérias especificadas e não especificadas	259
3.1.3	Hierarquia entre Lei Complementar e Ordinária .....	261
	3.1.3.1 <i>Entendimento pela existência de     hierarquia .....</i>	263
	3.1.3.2 <i>Entendimento pela inexistência de     hierarquia .....</i>	266
	3.1.3.3 <i>Entendimento do Supremo Tribunal     Federal .....</i>	269
3.1.4	Lei Ordinária na omissão de Lei Comple- mentar.....	274
3.1.5	Rol exaustivo ou exemplificativo da lei complementar .....	277
3.2	Caráter declaratório ou constitutivo da Lei Complementar .....	279

3.3	Definição da lei complementar .....	280
<b>4.</b>	<b>COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>283</b>
4.1	Definição do conceito .....	283
4.1.1	Atributos da competência tributária.....	288
4.1.2	Privatividade .....	289
4.1.3	Indelegabilidade .....	290
4.1.4	Incaducabilidade .....	291
4.1.5	Inalterabilidade .....	292
4.1.6	Irrenunciabilidade.....	293
4.1.7	Facultatividade .....	293
4.2	Estrutura normativa da competência tributária	298
4.3	Competência tributária e capacidade tributária ativa	302
4.4	Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade	303
4.5	Competência, bitributação e <i>bis in idem</i> .....	304
4.6	Competência e sanção .....	305
4.7	Lei Complementar e competência .....	306
4.7.1	Lei Complementar e industrialização por encomenda.....	307
4.7.2	Lei Complementar e ITCMD .....	311
4.7.3	Lei Complementar 123/2006 – Simples Nacional.....	313
4.8	Divisão constitucional de competências tributárias	320
4.9	Classificação .....	323
4.9.1	Privativa ou exclusiva .....	323
4.9.2	Comum.....	324
4.9.3	Residual e extraordinária .....	324

4.10 Economia digital e conflitos de competências tributárias .....	325
<b>5. IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS .....</b>	<b>333</b>
5.1 Conceito de imunidade.....	334
5.2 Classificação das imunidades.....	338
5.3 Imunidade recíproca .....	340
5.4 Templos de qualquer culto .....	355
5.4.1 O critério da finalidade essencial.....	356
5.4.2 Principais decisões do Supremo Tribunal Federal a respeito.....	357
5.4.2.1 <i>Maçonaria</i> .....	357
5.4.2.2 <i>Cemitérios</i> .....	358
5.4.2.3 <i>Imóveis alugados</i> .....	360
5.4.2.4 <i>Abrangência para tributos que não impostos</i> .....	363
5.4.2.5 <i>Desnecessidade de observância aos requisitos do art. 14 do CTN</i> .....	365
5.4.2.6 <i>Aquisição de mercadorias pelo templo</i> .....	367
5.4.3 Uma síntese sobre a imunidade dos templos de qualquer culto.....	369
5.5 Imunidades do art. 150, VI, c.....	370
5.5.1 Partidos políticos e suas fundações .....	371
5.5.2 Entidades sindicais de trabalhadores.....	372
5.5.3 Entidades de educação e de assistência social .....	374
5.5.3.1 Alcance da imunidade em questão	375

5.5.3.2	<i>Veículo normativo idôneo para estabelecer requisitos</i> .....	381
5.5.3.3	<i>Critérios necessários para concessão da imunidade</i> .....	384
5.5.3.4	<i>Inexistência de direito adquirido a regime jurídico tributário</i> .....	388
5.6	Livros e periódicos .....	389
5.6.1	Insumos .....	389
5.6.2	Livros eletrônicos .....	393
5.7	Imunidades do art. 150, VI, e.....	400
5.8	As imunidades distribuídas pela Constituição ..	403
5.9	A imunidade das entidades beneficentes de assistência social, prevista no art. 195, § 7º, da Constituição .....	407

### Parte III

## O DIREITO TRIBUTÁRIO E O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

<b>1.</b>	<b>DIREITO TRIBUTÁRIO E A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE TRIBUTO</b> .....	<b>415</b>
1.1	A atividade de conceituar no direito positivo: prós e contras .....	415
1.2	A definição de conceito seria atividade própria da Ciência do Direito? .....	418
1.3	A definição do conceito de tributo prevista no art. 3º do CTN.....	419
1.3.1	Prestação pecuniária compulsória .....	420

## CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

1.3.2	Em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir .....	420
1.3.3	Que não constitua sanção de ato ilícito ....	421
1.3.4	Instituída em lei.....	427
1.3.5	E cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada .....	427
<b>2.</b>	<b>ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....</b>	<b>429</b>
2.1	Espécies tributárias e as propostas de classificação dos tributos .....	431
2.1.1	Classificação dos tributos em duas espécies	431
2.1.2	Classificação dos tributos em três espécies	432
2.1.3	Classificação dos tributos em quatro espécies.....	435
2.1.4	Classificação dos tributos em cinco espécies.....	437
<b>3.</b>	<b>SOBRE A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA ....</b>	<b>443</b>
3.1	Conceito de regra-matriz de incidência.....	444
3.2	Antecedente (hipótese) da regra-matriz de incidência tributária.....	448
3.2.1	Critério material.....	448
3.2.2	Critério espacial.....	449
3.2.3	Critério temporal.....	450
3.3	O dever-ser interproposicional (o operador deôntico)	452
3.4	Tese (consequente).....	454
3.4.1	Critério pessoal.....	454
3.4.1.1	<i>Sujeito ativo</i> .....	454

3.4.1.2	<i>Sujeito passivo</i> .....	455
3.4.1.2.5	<i>Uma importante distinção: responsável tributário em função de grupo econômico e polo passivo de execução fiscal</i> .....	457
3.4.1.2.5.1	<i>As estruturas normativas da regra-matriz de incidência tributária e das normas de responsabilidade tributária</i> ....	458
3.4.1.2.5.2	<i>Dos principais argumentos utilizados para a responsabilidade tributária por grupo econômico</i> .....	459
3.4.1.2.5.3	<i>Regresso ao interesse comum (art. 124, I, do CTN)</i> .....	459
3.4.1.2.5.4	<i>Confusão patrimonial (art. 50 do CC)</i>	461
3.4.1.2.5.5	<i>Previsão legal para contribuições previdenciárias (art. 30, IX, da Lei 8.212/91)</i>	463
3.4.1.2.5.6	<i>Grupo econômico reconhecido em decisão trabalhista, art. 2º, § 2º, da CLT</i> .....	464
3.4.1.2.5.7	<i>Reflexos no direcionamento realizado após o início de execução fiscal</i> .....	466
3.4.2	<i>Critério quantitativo</i> .....	468
3.4.2.1	<i>Base de cálculo</i> .....	469
3.4.2.2	<i>Alíquota</i> .....	470
<b>4.</b>	<b>CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO...</b>	<b>471</b>
4.1	Conceito de crédito e obrigação tributários .....	474
4.2	Críticas ao art. 113 do CTN .....	475
<b>5.</b>	<b>SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b> .....	<b>477</b>

5.1	Exigibilidade e constituição definitiva do crédito	479
5.2	Suspensão da exigibilidade: conceito.....	485
5.2.1	A estrutura da norma de suspensão da exigibilidade e os temas da validade, vigência e eficácia da regra-matriz de incidência tributária .....	488
5.3	Suspensão da exigibilidade: matéria reservada à lei complementar.....	489
5.4	As causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário .....	490
5.4.1	Moratória .....	490
5.4.1.1	<i>Das modalidades de instituição da moratória .....</i>	491
5.4.1.2	<i>Requisitos legais para a concessão da moratória.....</i>	493
5.4.1.3	<i>Dos créditos alcançados pela moratória .....</i>	494
5.4.1.4	<i>Da inexistência de direito adquirido à moratória.....</i>	494
5.5	Depósito do montante integral.....	495
5.5.1	Dos efeitos do depósito judicial .....	496
5.5.2	Titularidade do depósito e levantamento do valor depositado .....	498
5.5.3	Conversão do depósito em renda .....	502
5.6	As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo	504
5.7	Concessão de medida liminar ou tutela antecipada em mandado de segurança ou outras espécies de ações	506
5.7.1	Efeitos das liminares e tutelas antecipadas	509



5.7.2	Revogação das liminares e tutelas antecipadas e a possibilidade de exigência de multas .....	511
5.7.3	A atribuição de efeito suspensivo à apelação interposta contra sentença que revogou liminar ou tutela antecipada.....	513
5.8	Parcelamento.....	518
5.8.1	Parcelamento e confissão de dívida.....	519
<b>6.</b>	<b>EXTINÇÃO DO CRÉDITO E DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>523</b>
6.1	As causas extintivas previstas no Código Tributário Nacional .....	524
6.2	Pagamento .....	525
6.2.1	Pagamento indevido.....	528
	<i>6.2.1.1 Constituição do pagamento indevido e do débito do Fisco.....</i>	<i>529</i>
	<i>6.2.1.2 Da legitimidade para requerer a restituição dos valores pagos indevidamente.....</i>	<i>530</i>
	<i>6.2.1.3 Do prazo para requerer a restituição</i>	<i>534</i>
6.2.2	Pagamento antecipado e homologação.....	535
6.3	Compensação.....	536
6.3.1	Explicando a compensação de tributos e a sistemática dos Recursos Repetitivos.....	538
	<i>6.3.1.1 Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal, no regime do art. 1.036 e seguintes, sobre outros feitos levados ao Poder Judiciário .....</i>	<i>540</i>
	<i>6.3.1.2 Das alterações promovidas pela Lei 12.844/2013 e a dispensa de recurso da Procuradoria da Fazenda Nacional.....</i>	<i>542</i>

## CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

6.3.2	Possíveis cenários e a crítica ao limite instituído no art. 170-A do CTN ante o atual contexto processual brasileiro.....	544
6.3.2.1	<i>Ação ajuizada pelo contribuinte, todavia sem decisão.....</i>	545
6.3.2.2	<i>Decisão favorável ao contribuinte, sem julgamento da remessa necessária .....</i>	546
6.3.2.3	<i>Decisão desfavorável ao contribuinte, sem julgamento de recurso proposto por este e eventual pedido de desistência.....</i>	548
6.3.2.4	<i>Decisão desfavorável ao contribuinte, não interposição de recurso.....</i>	548
6.3.2.5	<i>Síntese conclusiva.....</i>	549
6.4	Transação.....	550
6.4.1	Lei 13.988/2020.....	552
6.4.2	Da regulamentação da Lei 13.988/20 .....	555
6.5	Remissão .....	557
6.6	Decadência.....	558
6.6.1	Os prazos de decadência e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça .....	561
6.7	Prescrição .....	564
6.7.1	Das causas interruptivas da prescrição ...	565
6.8	Conversão do depósito em renda .....	569
6.9	Consignação em pagamento.....	569
6.10	Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado.....	571
6.11	Dação em pagamento .....	572

<b>7. SANÇÕES TRIBUTÁRIAS.....</b>	<b>577</b>
7.1 O problema do termo “sanção” .....	578
7.2 Distinção entre “tributo” e “sanção” .....	580
7.3 A norma jurídica completa .....	583
7.3.1 As normas jurídicas primárias: dispositiva e sancionadora .....	583
7.3.2 A norma jurídica secundária .....	584
7.4 Crimes contra a ordem tributária x sanções admi- nistrativas.....	586
7.5 Sanções tributárias: penalidades pecuniárias ou multas fiscais .....	588
7.5.1 A distinção entre norma sancionatória e norma com função sancionatória (punitiva)	590
7.6 Espécies de sanções tributárias .....	591
7.6.1 A multa penal.....	594
7.6.2 Multa de ofício.....	594
7.6.2.1 A culpabilidade na multa punitiva e gradação de alíquotas .....	595
7.6.2.2 A multa de ofício também tem como pressuposto a mora .....	597
7.6.2.3 A multa de ofício e a substituição da multa de mora.....	598
7.6.3 Multa isolada.....	599
7.6.4 Multa agravada .....	601
7.6.5 Multa qualificada.....	601
7.6.6 Multa de mora .....	602
7.6.7 Juros de mora .....	604
7.6.8 Correção monetária .....	605

## CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

7.6.9	Outras penas .....	605
7.7	Hipóteses de exclusão da penalidade: denúncia espontânea no direito tributário .....	608
7.7.1	A mora e a denúncia espontânea: uma hipótese de purgação da mora no direito tributário .....	608
7.7.2	Possibilidade ou não de denúncia espontânea nos chamados tributos sujeitos ao lançamento por homologação .....	610
7.7.3	A DCTF nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação não constitui, necessariamente, o crédito tributário .....	615
7.7.4	Possibilidade ou não de a denúncia elidir, além das multas chamadas “punitivas”, também as “multas de mora” .....	616
7.7.5	Possibilidade ou não de existir denúncia espontânea nas hipóteses de parcelamento ou compensação.....	618
	7.7.5.1 <i>O parcelamento</i> .....	618
	7.7.5.2 <i>Na compensação</i> .....	620
7.7.6	Possibilidade ou não de a denúncia espontânea elidir a responsabilidade não só pelo descumprimento da obrigação principal, mas também pelo descumprimento de deveres instrumentais (ou obrigações acessórias).....	622
7.7.7	A mora como fato jurídico que implica reaquisição da possibilidade de denúncia espontânea.....	627
7.7.8	Síntese sobre denúncia espontânea.....	628
7.8	Reiteração de conduta e as sanções tributárias.	629

7.8.1	O que se quer dizer com “gesto”, “ação”, “conduta” e “movimento” .....	633
7.8.2	Da complexidade à unidade e o problema dos atos “complexos” .....	636
7.8.3	Pondo a teoria à prova: examinando o problema do fato gerador “complexivo” .....	638
7.8.4	Da unidade à pluralidade e a ideia de reiteração .....	640
7.8.5	A reiteração e os antecedentes das normas jurídicas .....	641
	7.8.5.1 <i>Algumas lições emprestadas do direito penal</i> .....	641
	7.8.5.2 <i>A reiteração da conduta no Direito Tributário</i> .....	644
7.8.6	A reiteração para fins de aplicação das multas previstas no art. 44 da Lei 9.430/96 .....	645
7.8.7	Síntese .....	647
<b>8.</b>	<b>GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b> .....	<b>649</b>
8.1	Garantias .....	654
	8.1.1 Presunção de fraude .....	657
	8.1.2 Penhora online .....	667
8.2	Preferências .....	674
	8.2.1 Concurso entre os entes federativos .....	676
	8.2.2 Falência e recuperação judicial .....	679
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>687</b>